



Analistas atentos a ação chinesa na África

Debate na CRE mostra que China inova ao combinar dinheiro com desenvolvimento para conquistar simpatia de países africanos

Em busca de recursos naturais e terra, a China vem ampliando a presença em países africanos com as bandeiras da cooperação e do desenvolvimento. Essa

movimentação política e econômica da segunda maior economia do mundo foi identificada e discutida ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). **5**



Collor (3º à esq.) em debate que tratou também da presença da Al-Qaeda na África

Violência no campo preocupa senadores **7**

especial **Cidadania**

Regras para aposentadoria de pessoa com deficiência

Proposta de regras para aposentadorias especiais de pessoas com deficiência está em análise. Uma das mudanças é reduzir o tempo de contribuição e a idade mínima. **8**



Paulo Paim (C) preside debate sobre preconceitos no setor bancário

Negros denunciam setor bancário por discriminação

Os bancos e financeiras brasileiros discriminam funcionários em função da cor de pele, afirmaram ontem participantes de debate

organizado pela Comissão de Direitos Humanos. Estudo aponta que negros têm menores salários e menos chances de promoção. **4**



Senador Wilson Santiago (E), 2º vice-presidente, coordena solenidade

Homenagem aos 102 anos do ensino técnico

As novas tecnologias valorizam ainda mais o ensino técnico profissionalizante, apontaram os participantes de sessão especial sugerida pelo senador Paulo Paim. **6**



Sarney conversa com estudantes sobre os fatos históricos registrados nos painéis: trajetória do Senado no Túnel do Tempo

Nova mostra conta a história do Senado

Exposição com 16 painéis foi inaugurada ontem à tarde pelo presidente do Senado, José Sarney. A mostra fica

em uma das áreas de maior circulação de pessoas, conhecida como Túnel do Tempo. **2**

Sarney participa da inauguração da nova exposição sobre a trajetória do Congresso, em 16 painéis. Para ele, Brasil sempre foi mais "civilista" que os países vizinhos

Painéis no Túnel do Tempo contam história do Senado

O PRESIDENTE JOSÉ Sarney participou ontem à tarde da inauguração da nova exposição sobre a história do Senado e do Congresso Nacional, contada em 16 novos painéis. A exposição marca a revitalização do Túnel do Tempo, como é conhecido o acesso entre o prédio principal do Senado e o Anexo 2. Os novos painéis foram atualizados, melhorando a leitura e incluindo fatos mais recentes. A diretora-geral, Doris Peixoto, também participou do evento. Para Sarney, a exposição mos-

tra que o Brasil sempre procurou ser "civilista", ao contrário de países da América Espanhola, onde há um "histórico de guerras". Ele destacou ainda que o Senado sempre se preocupou com a garantia de direitos do cidadão.

– Aqui no Senado, foram criados vários direitos do brasileiro. – afirmou.

Os painéis retratam a história do Congresso Nacional, desde a instalação do Senado, em 1826, até a composição atual da Casa. A exposição lembra a relação do

Senado com momentos históricos do país, como a Abolição da Escravatura (1888), o Ato Institucional nº 5 (1968) e a Constituição de 1988.

A criação dos painéis foi liderada pela equipe da Subsecretaria de Projetos Especiais (Supres) da secretaria de Comunicação do Senado. Durante seis meses, designers e pesquisadores apoiaram o consultor Pedro Costa, responsável pelo conteúdo. O projeto é assinado pelos arquitetos do Senado Andre Castro e Sidney Carvalho.



Cercado de estudantes, Sarney comenta os novos painéis: "Aqui no Senado, foram criados vários direitos do brasileiro"

Palestra trata dos serviços médicos do Senado

A Diretoria-Geral do Senado realizou ontem mais um encontro do ciclo de palestras Conhecendo o Senado. As apresentações foram realizadas pela diretora da Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams), Leda Maria Braga, e pelo diretor da Secretaria do Sistema

Integrado de Saúde (SSIS), Adalberto Carneiro.

A diretora-geral Doris Peixoto abriu o evento destacando a importância dessas secretarias.

– Atualmente, o número de usuários do SSIS chega a 18 mil, enquanto os usuários da Sams chegam a 6 mil, incluindo ser-

vidores, comissionados e seus dependentes – disse.

A diretora da Sams explicou que a secretaria dispõe de diversas áreas de atendimento e beneficia todo o quadro funcional do Senado.

– A Sams presta serviços de enfermagem, médico, odontológico, fisioterápico, psicológico, laboratorial, além de assistência social – informou.

Ao apresentar o trabalho da SSIS, Adalberto Carneiro disse que "é um sistema de autogestão, instituído em 1991 para dar auxílio ao atendimento médico hospitalar. Ele é voltado exclusivamente para os servidores ativos, inativos e pensionistas, sendo responsável pelo repasse dos gastos com entidades hospitalares credenciadas ao Senado – disse.



Leda Braga, da Sams, a diretora-geral Doris Peixoto e Adalberto Carneiro, da SSIS

Sessão hoje premia empresários com o Diploma José Ermírio

O Senado realiza hoje, às 12h, sessão especial para conceder o Diploma José Ermírio de Moraes, entregue todos os anos a empresários ou empresas que tenham prestado relevante contribuição ao crescimento e ao desenvolvimento econômico e social do país.

Receberão o diploma José Dias de Macêdo, presidente das Organizações J. Macêdo; Walteci de Melo, do Laboratório Teuto; e os empresários Eugênio e Euflávio Ribeiro, do Grupo Cairu, fabricante de bicicletas. Presidido pelo senador Ar-

mando Monteiro (PTB-PE), o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes tem como vice-presidente Waldemir Moka (PMDB-MS), além de contar com a participação de outros 11 senadores.

O empresário José Ermírio de Moraes, pernambucano de Nazaré da Mata (21/01/1900), fez do Grupo Votorantim um dos maiores do país, atuando nas áreas de cimento, celulose, papel, alumínio, zinco, níquel etc. Foi senador de 1963 a 1971 pelo PTB. Ele faleceu em São Paulo, em 9 de agosto de 1973.

STJ convida Sarney para posse de três novos ministros

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu a visita do presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ari Pargendler, que o convidou para a posse de três novos ministros. A cerimônia será no próximo dia 13, às 16h.

Os advogados Ricardo Villas Bôas Cueva, Antônio Carlos Ferreira e Sebastião Alves dos Reis Júnior tiveram sua indicação aprovada pelo Senado no último dia 10.

– Fazemos questão da presença do presidente do Senado – afirmou Pargendler.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Quatro MPs trancam a pauta

14h Quatro medidas provisórias trancam a pauta do Plenário, entre elas a que concede incentivos fiscais a setores da economia.

Presidência Visita da procuradora-geral do Maranhão

11h O senador José Sarney recebe a procuradora-geral de justiça do Maranhão, Fátima Travassos; às 12h, a deputada distrital Eliana Pedrosa. Às 16h, preside a sessão plenária.

Nordeste Reunião de trabalho e requerimentos

9h A Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste realiza reunião de trabalho e vota requerimentos.

CCJ/CAE/CRE Fuso horário do Acre

9h30 Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater o projeto que altera o fuso horário do Acre.

CE Haddad fala sobre livros didáticos

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte ouviu o ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre o conteúdo de livros didáticos aprovados pelo ministério.

CAE Recursos para projeto do jato brasileiro

10h A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar, entre outros itens, autorização para o Brasil fazer um empréstimo de 85 milhões de euros junto a um consórcio de bancos europeus. Os recursos serão usados no Projeto AMX, que visa modernizar a aeronave AMX.

CCJ Conselhos de Justiça e do Ministério Público

11h Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sabatinam Marcelo Pinto Neves, Bruno Dantas e Tourinho Neto, indicados para o Conselho Nacional de Justiça; e Jefferson Luiz Coelho, Alessandro Tramuja e Jarbas Soares Júnior, indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Tráfico de pessoas Audiência pública

11h A CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas realiza audiência pública para debater o assunto, tendo como convidados o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Goiás, Haroldo Caetano da Silva, e o presidente da Safernet Brasil, Thiago Tavares Nunes de Oliveira, entre outros.

CMA Material didático em papel reciclado

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina, entre outros itens, projeto que dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação.

CDR Incentivos para estados da Sudene

14h Entre os itens da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que estende os benefícios do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura Petrolífera aos estados da área de atuação da Sudene e prolonga por mais quatro anos a vigência do programa.

CMO Diretrizes orçamentárias para 2012

14h Reunião do colégio de representantes dos líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento para exame do relatório preliminar apresentado ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012. Logo em seguida, será realizada reunião ordinária sobre o mesmo assunto.

Fórum Controle do tabaco

14/18h O Senado realiza o Fórum das Entidades Médicas sobre Tabagismo, no auditório do Interlegis. O objetivo é debater a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e as proposições legislativas sobre a promoção de ambientes livres do tabaco em tramitação na Casa.

Vigilantes Agressões de vigilantes a clientes

14h30 A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, realiza audiência pública para tratar da situação dos vigilantes de empresas privadas nas redes de supermercados e de denúncia de consumidores agredidos.

Meio Ambiente Comemorações no Congresso

15h Senado e Câmara abrem as comemorações do mês do Meio Ambiente. Serão apresentadas, hoje, as exposições *Cempre – reciclagem, protegendo o meio ambiente e promovendo a inclusão social*; *Projeto Corredor Ecológico – 25 anos da SOS Mata Atlântica* e *14 anos da Frente Parlamentar Ambientalista; e Fauna e Flora do Bosque dos Constituintes*.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
 Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
 Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Projeções mostram controle da inflação pelo governo, diz Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) comemorou projeções de analistas e investidores do mercado financeiro que reduziram pela quarta semana consecutiva a previsão da inflação oficial para este ano. Os dados, disse a senadora, são do Relatório Focus divulgado no dia 27.

– Há quatro semanas, o Relatório Focus apontava um IPCA de 6,37%. Há uma semana, de 6,27%. E no dia 27 de maio, de 6,23%. A mesma coisa com o IGP-DI. Há quatro semanas, 7,01%. Há uma semana, 6,89%. Em 27 de maio, 6,84%. O IGP-M, há quatro semanas, 6,9%. Há uma semana, 6,8%. E continua a meta em 6,79% – relatou.

Gleisi afirmou que a presidente Dilma Rousseff e sua equipe sempre tiveram “muito claro o papel da política econômica, em todas as suas dimensões”. Esses índices, disse, mostram que “a firmeza do



Segundo Gleisi, Brasil criou mais de 272 mil empregos regulares em abril

Banco Central e a tranquilidade da equipe econômica” estão colocando a inflação “no seu devido lugar”, sem abrir mão do desenvolvimento. Segundo a senadora, o Brasil criou, em abril, 272.225 empregos com carteira assinada. O resultado, salientou, está acima da média dos últimos quatro anos.

Anibal Diniz defende governo e declara confiança em Dilma

O senador Anibal Diniz (PT-AC) manifestou ontem confiança na presidente Dilma Rousseff e protestou contra os opositores que criticam seu governo “numa mesma cantilena, numa mesma tonalidade, numa única forma de agressão e de ataque”.

– Os resultados do governo da presidente Dilma não têm deixado dúvida de que ela está absolutamente comprometida com a melhoria do Brasil e com a continuidade de tudo aquilo que foi iniciado pelo presidente Lula, e com muito sucesso – afirmou.

Sobre as denúncias de enriquecimento ilícito do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, o senador assegurou que o governo “está em boas mãos, em mãos de pessoas responsáveis, que têm total preocupação em fazer o melhor para o país”.

O senador também defen-



Para o senador, governo está nas mãos de “pessoas responsáveis”

deu no discurso o projeto de lei de Humberto Costa (PT-PE) que estabelece o voto em lista com alternância de gêneros (50% de mulheres). O parlamentar admitiu que se trata de “uma tese difícil de ser aprovada”, mas assegurou que a bancada do Partido dos Trabalhadores apoiará a proposta.

Alvaro: CPI do Futebol antecipou denúncias contra Teixeira

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem o papel das CPIs no Congresso Nacional, para ele, muitas vezes criticadas indevidamente. No momento em que reúne assinaturas para criar uma CPI que investigue o crescimento patrimonial do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, Alvaro Dias usou como exemplo de ação de sucesso a CPI do Futebol, presidida por ele entre 2000 e 2001.

Segundo o senador, as denúncias apresentadas pela CPI do Futebol voltaram à pauta este mês com a revelação, pela emissora de televisão inglesa BBC, de que dois dirigentes de futebol foram obrigados a devolver dinheiro de propinas em um acordo para encerrar investigação criminal na Suíça, em 2010. Um dos dirigentes, de acordo com a BBC, foi o presidente da Confederação Brasi-



Alvaro Dias defende importância do papel investigativo das CPIs

leira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira. No final de 2010, Teixeira, membro do conselho consultivo de *marketing* e TV da Fifa, também foi acusado de receber cerca de R\$ 16 milhões de propina para a escolha da empresa ISL como agência de *marketing* da entidade.

Projeto do senador Paulo Paim incluído na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais determina que, para suspender auxílio-doença, INSS deverá realizar perícia médica

INSS pode ser impedido de suspender auxílio-doença

O INSTITUTO NACIONAL do Seguro Social (INSS) poderá ser obrigado a realizar perícia médica antes de suspender o pagamento de auxílio-doença concedido a segurado sob licença para tratamento de saúde. A medida é prevista em projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) incluído na pauta de votações de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLS 89/10) impede o INSS de continuar aplicando a chamada alta programada, pela qual o órgão fixa o prazo em que o segurado deve retornar ao trabalho. Para isso, leva em conta tempo que considera suficiente para a recuperação, a partir de prognóstico da perícia médica inicial. De acordo com Paim, essa conduta muitas vezes leva ao cancelamento do benefício quando o segurado ainda não se recuperou plenamente.

Com a alta programada, o órgão “tem cometido muitas injustiças”, diz Paim. Os mais prejudicados são os segurados em situação de maior risco social: os mais pobres e com nível de instrução menor.

O relator, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), recomenda a aprovação do projeto, que receberá decisão terminativa na CAS. Em sua avaliação, as normas referentes à licença e ao pagamento do auxílio-doença são excessivamente rígidas.

“O pressuposto é de que as perícias são infalíveis”, critica. O rigor, segundo ele, vem da



Fábio Rodrigues/Pozzobom/Abi

Eduardo Amorim (D), relator, avalia que as normas do INSS para concessão do auxílio-doença são muito rígidas

necessidade de o INSS reduzir distorções na concessão do benefício, decorrentes de terceirização das perícias médicas, fraudes e aumento dos custos previdenciários. “Nada disso é de responsabilidade dos trabalhadores”, afirma o relator.



Marcio Maniz/Senado Federal

Projeto facilita aposentadoria das donas de casa

Projeto que será examinado amanhã pela CAS pode encurtar o caminho para aposentadoria das donas de casa de baixa renda ou sem renda própria. Além de contar com alíquotas especiais, direito constitucional já regulamentado, aquelas já em idade de se aposentar ou que estejam mais perto disso poderão se beneficiar de carências inferiores às aplicadas aos demais segurados da Previdência Social.

Pela legislação especial, a dona de casa de menor renda pode se aposentar por idade, aos 60 anos, se ela houver contribuído pelo menos por 15 anos (180 meses). Pelo projeto (PLS 81/11) da senadora Gleisi



Ana Rita salienta que a medida é “absolutamente necessária”

Hoffmann (PT-PR), a carência poderá cair para até 24 meses se a segurada já tiver 60 anos ou

quando atingir essa idade, entre 2011 e 2014. A partir de 2015, haveria aumento gradual até o mínimo atual de 180 meses.

“Com essa iniciativa esperamos contribuir efetivamente para a inclusão previdenciária de uma numerosa categoria de pessoas que, hoje, está quase que completamente à margem de um direito assegurado pela Constituição federal”, explica Gleisi Hoffmann.

Para a relatora, Ana Rita (PT-ES), o tratamento favorecido às donas de casa de baixa renda, dentro do regime previdenciário, é uma medida compensatória “absolutamente necessária”.

Plenário homenageia 50 anos de banco regional

O Plenário do Senado homenageia hoje, às 14h, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) – instituição financeira pública de fomento que completa 50 anos. A proposta é do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Em 1961, os governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná decidiram criar o BRDE, para promover o desenvolvimento da região. O banco foi fundado para apoiar e acom-

panhar o desenvolvimento de projetos, com o objetivo de aumentar a competitividade de empreendimentos de todos os portes. Desde 2009, Mato Grosso do Sul passou a fazer parte da área de atuação do banco.

Segundo informações do BRDE, o banco levou mais de R\$ 65 bilhões de recursos para a região Sul. Apenas em 2010, a instituição viabilizou R\$ 2,2 bilhões em investimentos, que

devem gerar uma arrecadação anual adicional de R\$ 236,3 milhões em ICMS para os estados. O apoio a esses empreendimentos possibilitará, também, segundo o banco, a criação e manutenção de 51,4 mil postos de trabalho, dos quais 10,3 mil são empregos diretos.

Ao final de 2010, o BRDE contabilizou 35.207 clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estão localizados em 1.047 municípios.

Pesquisa avaliada na CDH mostra que negros recebem cerca de 64,2% do salário dos brancos e só 20,6% dos contratados chegam a ser promovidos.

Bancário negro é discriminado, apontam debatedores

EM DEBATE SOBRE A diversidade no mercado de trabalho do setor bancário, ontem, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), os participantes afirmaram que a discriminação contra o bancário negro ainda é grande.

O debate foi focado no *Mapa da Diversidade do Setor Bancário*, elaborado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em parceria com diversas instituições. Segundo a publicação, os funcionários negros recebem cerca de 64,2% do salário dos brancos e apenas 20,6% dos contratados conseguem ser promovidos.

– Os demais entram como contínuos e morrem como contínuos. A maneira como o negro vem sendo discriminado descaradamente é uma violência contra a nação – afirmou o diretor executivo da Rede de Pré-Vestibulares Comunitários e Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro), frei David Raimundo Santos, lembrando que os negros são apenas 19% dos contratados em instituições bancárias.

O presidente do Sindicato dos Bancários e Financiários do Município do Rio de Janeiro, Almir Aguiar, afirmou que os negros bancários recebem salários menores do que os colegas brancos, e que “a cor da pele é um impeditivo de ascensão na empresa”. A partir de 1996, os movimentos organizados iniciaram uma série de negociações com a Febraban para acabar com todo tipo de discriminação – não só contra negros, mas também contra mulheres e deficientes – e criar mais oportunidades para os negros no setor financeiro.

– Desde então, temos avançado, mas é necessário avançar muito mais – disse Almir Aguiar.



Integrantes da Educafro se manifestam durante o debate de ontem: Febraban não enviou representantes



Humberto Adami, da Associação dos Advogados do Banco do Brasil (E); frei David Raimundo Santos, da Educafro; senador Paulo Paim e Almir Aguiar, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

Protocolo não avançou, diz secretária

A secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Anhamona Silva de Brito, disse que o mapa da diversidade serviu como ponto de partida para que a secretária assinasse com a Febraban, em 28 de julho do ano passado, um protocolo de intenções para estabelecer políticas de igualdade dentro dos bancos. Mas pouco foi feito desde então, segundo relatou.

– A Febraban ficou de elaborar um plano sobre o protocolo em até 90 dias após a assinatura do documento. Esse prazo venceu em 28 de outubro e ainda nada foi feito – disse a representante da secretária vinculada à Presidência da República.

Para o diretor da Associação dos Advogados do Banco do Brasil Humberto Adami, essa fase das intenções e dos protocolos já passou e com pouco resultado.

– É necessário aumentar os órgãos de ouvidorias para que o cidadão possa fazer denúncias – sugeriu Adami.

Ao final da audiência pública, Paulo Paim leu ofício enviado pela Febraban, colocando-se à disposição para fortalecer “o processo de negociação”.

Ângela: mortalidade materna viola direitos humanos



Ângela Portela destaca passagem de dia mundial

O Brasil avançou muito nos últimos anos na prevenção à mortalidade materna, mas ainda precisa melhorar em diversos aspectos, afirmou a senadora Ângela Portela (PT-RR), ao registrar a passagem do Dia Nacional da Redução da Mortalidade Materna e do Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, comemorados no último sábado.

– A mortalidade materna é uma das piores formas de violação de direitos humanos, principalmente quando se sabe que 92% dessas mortes poderiam ser evitadas com atendimento adequado – disse.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 500 mil mulheres morrem anualmente durante a gestação ou em até seis semanas após o parto, em decorrência de complicações da gravidez, parto ou puerpério, mas somente 5% dos casos ocorrem em países desenvolvidos.

No Brasil, a cada 100 mil nascimentos, 75 mulheres perdem a vida, salientou. A redução deste número para 35 mortes até 2015 é uma das metas do milênio – compromisso firmado pelo Brasil junto à ONU.

A senadora também ressaltou ações governamentais em prol do cuidado materno, como os comitês estaduais e municipais de mortalidade materna e a criação da chamada Rede Cegonha.

Cristovam: nível educacional atrapalha a produtividade



Cristovam: escola igual e de alta qualidade é a solução

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para a diminuição do nível comparativo de competitividade econômica do Brasil. Documento divulgado pelo Fórum Econômico Mundial mostra a queda brasileira na lista dos países com maior competitividade: do 40º lugar obtido em 2004, o Brasil caiu para a 66ª posição, tendo sido 57º em 2005.

O senador afirmou ontem que o documento deixa claro quais os problemas para a queda da competitividade. Um deles é a infraestrutura, que engloba as facilidades de embarque e desembarque de mercadorias e de seu transporte no espaço interno. Outros problemas são a burocracia e a corrupção, que diminuem a competitividade no país.

Mas o pior problema, para Cristovam, é o 88º lugar no nível educacional. Para o senador, o baixo nível educacional do país causa fragilidade na produção de ciência e tecnologia, fundamental para elevar a competitividade. O ex-ministro da Educação lembrou que quase dois terços da população não concluem o ensino médio.

– O país joga fora cérebros. Enquanto não entendermos isso, não vamos dar o salto que precisamos – afirmou o senador, para quem “uma escola igual e de alta qualidade para todos é o único caminho para construir a competitividade”.

Suplicy propõe debate sobre a legalização da maconha



Suplicy lembra que não há consenso entre médicos

Ao comentar reportagem exibida domingo pelo *Fantástico*, da TV Globo, sobre o documentário *Quebrando o Tabu*, em que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e outros ex-presidentes do continente defendem a descriminalização do uso da maconha, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convidou a sociedade e o Congresso Nacional a discutirem o assunto.

– Creio ser chegado o momento de o Parlamento discutir o assunto, numa série de audiências públicas, com especialistas contrários e favoráveis à descriminalização, além de estudarmos os exemplos de outros países para, juntamente com toda a população, decidirmos o caminho que o Brasil deve adotar com relação à descriminalização – disse.

Sobre o documentário *Quebrando o Tabu*, Suplicy destacou o fato de Fernando Henrique, juntamente com os ex-presidentes Ernesto Zedillo, do México, César Gaviria, da Colômbia, e Jimmy Carter e Bill Clinton, dos Estados Unidos, terem reconhecido que falharam em suas políticas de combate às drogas.

Suplicy lembrou ainda que não há consenso entre a comunidade médica sobre esse tema, havendo especialistas que dizem que a descriminalização poderá aumentar o consumo e outros que consideram a maconha uma droga bastante segura.



Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, Antônio Barbosa, Henrique Altemani, Fernando Collor, Antonio Jorge Ramalho, Severino Cabral Filho e Jorge Lasmar (D) explicam que China investe na África sem impor condições ou ideologia

Moreira/Matriz/Senado Federal

China vai à África para garantir recursos naturais

Analistas apontam que, sob a bandeira da cooperação e do desenvolvimento, a China também abre mercado de trabalho no continente africano

Dinheiro e crescimento como novo paradigma

A China conquistou a simpatia das elites africanas porque se apresenta como país em desenvolvimento, comentou o professor Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos da China, Ásia e Pacífico (Ibecap). Os chineses atuam de forma diferente das antigas potências coloniais e “jogam dinheiro” na África sem impor condições.

Cabral Filho chamou a atenção para a necessidade de se acompanhar os movimentos dos chineses naquele continente e lembrou que África é a “fronteira leste” do Brasil, essencial ao futuro do país.

Ao traçar um histórico das relações entre a China e a África, o professor Antônio Barbosa, consultor do Senado Federal, citou o encontro de países não alinhados, realizado em 1955 em Bandung, na Indonésia, como importante momento de aproximação. Barbosa questionou se a China estaria exercendo um novo tipo de imperialismo na África e traçou uma comparação histórica com os europeus.

– Em 1855, na Conferência de Berlim, os países ocidentais dividiram a África. Em 2006, em Pequim, foi realizado um foro de cooperação África-China, com a presença de 48 países. A China estabeleceu um modelo de relação sem condicionalidade, sem bases militares e sem a ideia de ajuda, mas de investimento, em busca de matérias primas para alimentar o seu desenvolvimento.

EM BUSCA DE minérios, água e terra agricultável, os chineses estão desembarcando em vários países africanos com as bandeiras da cooperação e do desenvolvimento. Essa movimentação política e econômica do país que tem a segunda maior economia do planeta foi identificada e discutida pelos convidados do painel “A influência da China e da Al-Qaeda na África”, promovido ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), dentro do ciclo de debates sobre os rumos da política externa brasileira.

O professor Henrique Altemani de Oliveira, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, observou que a China legitima a sua presença na África apresentando-se como um “parceiro para o desenvolvimento”. Para isso, ressaltou, não estabelece condicionalidades, respeita a soberania dos países africanos e ressalta o princípio da não intervenção em assuntos internos de outras nações.

– A China tem uma percepção mundial alternativa, de respeito aos diferentes sistemas políticos. É um ator interessante para o continente africano, pois sua presença não é ideológica e baseia-se em defesa de soberania e direito ao

desenvolvimento, sem condicionalidades. É como se dissesse: não vim cobrar democracia ou direitos humanos – disse Altemani em sua exposição aos senadores.

Crescimento

Entre os dez países que mais cresceram no mundo na última década, seis são africanos, mencionou o professor Antonio Jorge Ramalho da Rocha, que presta assessoria à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Na África, prosseguiu, encontra-se o segundo maior manancial de água doce do planeta, além de grandes extensões de terras aráveis. Os chineses, afirmou, estão comprando ou alugando terras e construindo a infraestrutura de acesso a essas áreas. Mas seus investimentos começam a “gerar ruído” em alguns países africanos, já que, nas obras que patrocinam, 70% dos trabalhadores são chineses e apenas 30% locais. Os chineses, disse, trabalham mais de oito horas por dia, sete dias por semana.

– O que se observa na África é a ocupação de pedaços de território por empresas e trabalhadores chineses, em busca de recursos minerais, terra agricultável e água – observou Ramalho.

A China não estabelece condições e respeita a soberania dos países africanos

Professor destaca presença da Al-Qaeda

O professor Jorge Lasmar, da PUC de Minas Gerais, foi o único a comentar a presença da rede terrorista Al-Qaeda na África. Essa presença, disse, tem sido pouco debatida, mas teria grande importância para o Brasil, por causa dos interesses de empresas brasileiras no continente africano. Ele observou que o leste africano se tornou prioridade para as ações da Al-Qaeda desde a década de 1990. O próprio Osama bin Laden, recordou, morou no Sudão.

– Os agentes mais ativos da Al-Qaeda estão na África, especialmente em países onde não há muito controle sobre a lavagem de dinheiro e onde existe alto grau de informalidade das economias – afirmou.

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), observou que “a presença da China na África ocorre pela busca de recursos naturais”. Segundo o senador, a China percebe que somente se afirmará como grande potência mundial quando estabelecer parcerias estratégicas, e elegeu a África como parceira.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), os Estados Unidos e a Europa estão experimentando um momento de “fragilidade moral”, por falta de um “projeto alternativo para a civilização”. Ele questionou se um país poderá exercer hegemonia sobre o resto do mundo “sem força moral”.

Geovani denuncia família Capiberibe

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) fez ontem um “alerta indignado”, mostrando a “atuação nefasta” do clã Capiberibe no Amapá. Afirmando estar cumprindo seu dever de cidadão e “não se sentir constrangido por defender o irmão”, o senador licenciado Gilvam Borges, de quem é suplente, Geovani disse que, no sábado, a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão e de condução coercitiva em endereços de conselheiros, servidores e ex-conselheiros



Geovani: investigação da Polícia Federal no Amapá

ros do Tribunal de Contas do Amapá (TCE-AP).

– A investigação da PF e da Controladoria-Geral da União (CGU) constatou desvio de parte do orçamento do tribunal de contas. E mais uma vez quem está no foco é a badalada família. Dessa vez, Raquel Capiberibe, tia do governador do Amapá, Camilo Capiberibe, e irmã do senador cassado João

Capiberibe, e seu compadre Manoel Antonio Dias, nomeado conselheiro na época em que João era o governador.

Mário Couto pede ética a promotor do PA

Mário Couto (PSDB-PA) pediu ao promotor do Ministério Público do Pará que citou seu nome em meio a irregularidades encontradas na assembleia legislativa do estado que “não falte com a ética”. O senador disse que as contas dos dois períodos em que presidiu a Casa foram aprovadas por unanimidade pelo Tribunal de Contas do Pará, com a anuência do MP.

O parlamentar subiu à tribuna dizendo não ter do que se defender. Ele pediu ao promotor – cujo nome não



Mário Couto diz não ter do que se defender

citou – que não o confundam “com os que já foram chamados para depor em comissão de ética, para responder processos”. Disse não ter nenhuma mancha em seus 20 anos de vida pública.

Mário Couto criticou o jornal *Diário do Pará* por anunciar, em primeira página, que o senador tem envolvimento com as irregularidades descobertas na assembleia. Em apartes, recebeu apoio dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O presidente da rede de cursinhos populares Educafro, frei David Raimundo dos Santos, disse que as faculdades particulares cobram menos dos alunos que pagam à vista e mais do que o dobro daqueles que dependem do Fies



Paulo Paim, que se formou ferramenteiro em um curso técnico do Senai, discursa na sessão especial de homenagem, cuja realização foi solicitada por ele

Denúncia marca comemoração dos 102 anos do ensino profissionalizante

A COBRANÇA DE valores diferentes dos alunos que pagam mensalidades à vista em relação aos que recorrem ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), em faculdades particulares brasileiras, foi denunciada pelo frei David Raimundo dos Santos, presidente da rede de cursinhos populares Educafro, durante sessão especial do Senado realizada ontem em homenagem aos 102 anos do ensino técnico profissionalizante.

Ele disse que há faculdade que cobra R\$ 400 de quem paga à vista e R\$ 1.000 de quem quita a mensalidade pelo Fies – estudantes carentes que, após concluírem o curso, têm de devolver o dinheiro emprestado pela Caixa Econômica Federal.

– O governo está permitindo que as faculdades particulares roubem, sem botar polícia em cima delas – disse.

O religioso franciscano foi um dos oradores da sessão solicitada por Paulo Paim (PT-RS). Ao destacar a importância do ensino técnico, Paim recorreu a seu próprio exemplo, uma vez que trabalhava como vendedor de frutas em feira livre e se tornou ferramenteiro em um curso do Senai. O próprio ex-presidente Lula, que expandiu o ensino profissionalizante, segundo Paim, se tornou metalúrgico também pelo Senai.

Tecnologia representa novos desafios, diz secretário do MEC

O secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Moreira Pacheco, observou que os investimentos maciços em educação não resolvem em curto prazo os problemas de qualificação profissional.

As novas características do mercado de trabalho, de acordo com o secretário, dificultam essa formação. Antigamente, acrescentou, aprendia-se uma profissão com o pai, com o avô ou com uma pessoa mais velha. Agora, isso é impossível, porque as novas tecnologias requerem do trabalhador conhecimento que não se encontra disponível nas gerações anteriores.

– Agora é com um teclado que o trabalhador, com o avental branco, longe da graxa, tornea as peças, constrói as peças. Por isso, a educação profissional é fundamental nos dias de hoje – disse.

Mobilização

Na presidência da sessão, o senador Wilson Santiago (PMDB-PB) disse que a mobi-

lização em defesa do ensino profissionalizante demonstra a concordância de todos quanto à sua importância, “que perdura por sucessivas gerações de mulheres e de homens deste país”.

Santiago afirmou que o Censo Escolar de 2010 revelou que, no ano passado, o ensino profissionalizante contava com 1.140.388 matrículas. Desse total, menos da metade, ou seja, 47,5%, correspondia a inscrições de jovens na rede privada de ensino. O restante das vagas está distribuído na educação pública, em âmbito federal, estadual e municipal.

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) reconheceu os avanços do ensino técnico profissionalizante, mas apontou um paradoxo desafiador para o país: a busca desesperada de empregos por parte dos jovens convive com a dificuldade das empresas para contratar trabalhadores qualificados. A chave para resolver esse problema, advertiu, é a qualificação mais rápida dos jovens.

Pronatec amplia oferta, com meta de 8 milhões

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou o recente lançamento do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec), que prevê a ampliação da oferta de cursos técnicos profissionalizantes por meio do financiamento estudantil, da expansão da rede de ensino e da oferta de cursos gratuitos. A meta é formar 8 milhões de profissionais até 2014.

Ângela Portela (PT-RR) observou que o Pronatec, que se inicia em junho, focaliza especialmente os beneficiários do programa Bolsa Família, “que têm dificuldades de encontrar a porta de saída dos programas de assistência social mantidos pelo governo”.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que “o governo Lula fez um esforço muito grande e deu um salto no número de escolas técnicas”. Mas, de acordo com o parlamentar, é preciso ter o cuidado de reforçar também o ensino fundamental. Cristovam também advertiu que uma escola técnica não vai educar bem um jovem que não tiver passado por um bom ensino fundamental.

Santiago sugere convênios para qualificar jovens

Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu a realização de convênios entre escolas públicas estaduais e municipais e o Pronatec para melhorar a qualificação profissional dos estudantes brasileiros, facilitando sua entrada no mercado de trabalho.

O senador citou dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), mostrando que quase 3,5 milhões de jovens entre 18 e 24 anos estão fora da escola e do mercado de trabalho.

Santiago avaliou que o Pronatec, juntamente com outras iniciativas do Ministério do Trabalho e Emprego, e a oferta de 75 mil bolsas de estudo no exterior, como promete o governo federal, servirão para “a diminuição da quantidade de jovens desempregados”.

Ele também mencionou proposta de sua autoria (PLS 186/11) que dispõe sobre a expansão das vagas na educação profissional técnica articulada com o ensino médio.

Paim defende aprovação de fundo para o setor

Todos os municípios deveriam contar com pelo menos uma escola técnica, na opinião de Paulo Paim (PT-RS). O senador citou projeto de sua autoria (PEC 24/05) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep).

Segundo Paim, a ideia é também “consagrar” o fundo na Constituição, de modo que tal política, quando aprovada, seja sólida e permanente. O senador disse que a aprovação do fundo geraria R\$ 9 bilhões para manter salários de professores e a estrutura das escolas técnicas no Brasil.

Paim ainda citou audiência realizada na Assembleia Legislativa de Curitiba para discutir projeto do Estatuto do Motorista; registrou o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços, da qual foi escolhido vice-presidente; e defendeu a construção de um novo aeroporto internacional no Rio Grande do Sul.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Mozarildo Cavalcanti • Anibal Diniz

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Sueli Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes,

Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Rodrigo Rollemberg ainda não definiu quem vai relatar a matéria na CMA

Rollemberg prevê mudança no projeto de código

O projeto de reforma do Código Florestal deverá ser modificado pelo Senado, de acordo com o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que preside a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Rollemberg tem mantido conversas com diversos segmentos, reunindo análises técnicas e políticas para ajudar na votação da matéria.

A aprovação da Emenda 164, incluída quando da votação do texto na Câmara com o objetivo de regularizar cultivos em áreas de preservação permanente (APPs), foi considerada um complicador para a aprovação do novo Código Florestal.

– Se a 164 não tivesse sido aprovada, seria mais fácil chegar a um entendimento sobre o substitutivo do deputado Aldo Rebelo. A emenda radicalizou um pouco – avaliou.

A emenda foi apresentada por deputados do PMDB, com apoio dos ruralistas. O presidente do partido, Valdir Raupp (RO), afirmou à Agência Brasil que o PMDB deverá votar pela manutenção do texto. O PTB e o PSDB, conforme os líderes Gim Argello (DF) e Alvaro Dias (PR), devem votar com o PMDB.

Sarney diz que é contra anistia a quem desmatou

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que é contra a anistia a proprietários rurais que plantaram ou fizeram pastos em áreas de preservação permanente (APPs), um dos pontos polêmicos na discussão sobre a reforma do Código Florestal, aprovada pela Câmara há sete dias e que deve começar a tramitar no Senado a partir desta semana.

– Os desmatadores não podem ser anistiados. Nós temos que preservar cada vez mais nossas florestas, que são muito importantes para o Brasil – disse Sarney.

Ele reiterou também que o Senado vai discutir o projeto pelo tempo que for necessário. Para garantir esse tempo, os líderes partidários querem a prorrogação do prazo estabelecido pelo Decreto 7.029/09, que determina a aplicação de multas aos produtores rurais que descumpriram a legislação ambiental. De acordo com o decreto, a punição começa a valer em 11 de junho.

Sarney também lamentou as mortes de agricultores na Amazônia.

Para senadora, o assassinato do líder rural Adelino Ramos, o Dinho, na última sexta-feira, teria sido motivado pela autuação e pelas multas impostas pelo Ibama a fazendeiros da região de Lábrea, cidade onde ele morava

Vanessa quer comissão para visitar áreas de conflito rural na Amazônia

A SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM) anunciou ontem a intenção de apresentar requerimento para a criação de comissão de senadores com o objetivo de acompanhar *in loco* as negociações em áreas de conflito rural nos estados do Amazonas, Rondônia, Acre e Pará.

– Precisamos ajudar a superar esses conflitos – afirmou.

Vanessa lamentou o assassinato do agricultor Adelino Ramos, conhecido como Dinho e militante do movimento dos trabalhadores rurais, ocorrido na última sexta em Nova Califórnia, vila de Porto Velho. A morte de Dinho ocorreu três dias depois do as-

assinato de outros dois líderes rurais, José Cláudio Ribeiro Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, no Pará. A senadora cumprimentou o governo, pela anunciada intenção de investigação imediata dos assassinatos recentes no meio rural.

– Quero prestar meus votos de pesar à família, aos amigos e aos companheiros de movimento – disse.

Além de líder do Movimento Camponês Corumbiara (MCC), Dinho era filiado ao PCdoB. Segundo a parlamentar, ele desejava transformar uma das maiores áreas de conflito rural do país com a organização dos

trabalhadores do campo e com a defesa da produção sustentável, “respeitando a floresta”.

– Ele lutava não só por ele e pela família, mas por todo o país – afirmou.

Vanessa lembrou que servidores do Ibama foram recentemente a Lábrea (AM), cidade onde Dinho morava, para autuar e multar vários fazendeiros.

– Nós achamos que essa foi exatamente a razão que levou ao assassinato de Dinho. Devem ter colocado sob sua responsabilidade o fato de o Ibama, depois de muito tempo, ter ido à região e ter feito essa multa e essa apreensão – declarou a senadora.



Foto: Wladimir Barreto/Senado Federal

“Precisamos ajudar a superar esses conflitos”, afirma Vanessa Grazziotin



Mozarildo pede que presidente Dilma resolva “maldade” que herdou

Mozarildo alerta: ex-ocupantes de reserva vivem na miséria

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo ontem à presidente Dilma Rousseff para que ajude os ex-ocupantes das terras localizadas na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Mozarildo leu em Plenário matéria desta semana da revista *Veja*, segundo a qual, dois anos após a demarcação da reserva, as famílias de arroteiros, pecuaristas e pequenos comerciantes e também as famílias de indígenas estão vivendo em favelas e em situação de subemprego.

Mozarildo pediu que o governo federal pague indenizações às pessoas que viviam na região e que as coloque em outras áreas onde possam produzir e que dê assistência aos índios.

– Faço um apelo à presidenta Dilma, que herdou essa maldade para administrar, que ela corrija esses malfeitos. Não

estou pedindo aqui que ela desfaça a demarcação, mas que ela faça justiça com essas pessoas – disse.

O senador lembrou que, à época da demarcação, duas comissões externas temporárias foram criadas, uma no Senado e outra na Câmara, para encontrar uma solução para a reserva. A sugestão ao governo federal foi de um modelo de demarcação que respeitasse as diferentes etnias existentes na região, mas também a presença das cerca de 400 famílias que lá moravam e produziam, sendo responsáveis por cerca de 25% do PIB do estado.

– O governo federal impôs uma demarcação contínua, excludente, tirando todo mundo, até índios que eram casados com mulheres não índias ou de etnias diferentes e vice-versa – denunciou o senador.



Jucá lembra que havia sugerido solução “conciliatória” para a reserva

Jucá pede ao governo rapidez no reassentamento de desalojados

Também citando a reportagem de *Veja* “Uma reserva de miséria”, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) cobrou ontem do governo o reassentamento das famílias retiradas da reserva que ainda não foram assentadas e estão hoje enfrentando dificuldades na periferia de Boa Vista.

Jucá lembrou que, quando da discussão da demarcação da reserva, já alertava para o quadro de miséria que está se verificando hoje. Ele salientou que sua proposta, à época, seria uma “solução conciliatória e a melhor solução para o estado de Roraima”, conciliando a atividade econômica, a demarcação de terras e ações que beneficiassem as populações indígenas, mas que também mantivessem a produção na região.

O senador sublinhou que a demarcação contínua, com a

retirada de todos os moradores não índios da reserva, gerou um problema social na comunidade indígena e também entre os produtores, “que agora estão à míngua”.

Jucá informou que, na semana passada, foi lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, juntamente com o governo do estado, um plano de etnodesenvolvimento, intitulado Raposa Serra do Sol e São Marcos, visando exatamente tentar construir uma alternativa para as populações indígenas dessas duas reservas.

O parlamentar pediu rapidez ao ministério e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no reassentamento das populações remanejada e na liberação dos recursos necessários para essa ação, que inclui, também, obras de infraestrutura.

Aloysio cobra política nacional de segurança

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lamentou o aumento dos índices de violência urbana verificado nas pequenas cidades brasileiras, e no país em geral, durante o governo do ex-presidente Lula. Nas pequenas cidades houve um preocupante crescimento de 38,6% da taxa de homicídios, entre 1998 e 2009, disse ele.

O senador atribuiu ao governo federal a responsabilidade pela situação.

– [Os jornais] revelam acima de tudo a ausência de uma política nacional de segurança

pública, que leve em conta não apenas o crime organizado dos grandes centros e favelas, mas também as causas e consequências da violência nas pequenas cidades – disse.

Para melhorar a sua eficiência no combate à violência, apontou o senador, o governo deveria exercer maior controle das fronteiras nacionais, a fim de evitar a entrada de armas e drogas no país.

O problema do tráfico de armas e armamentos é tão grave nas fronteiras, que é possível comprar armas e dinamite por

telefone na fronteira com o Paraguai.

– A pessoa compra em Ciudad del Este bananas de dinamite, que são entregues também por motoqueiro e aparece ainda uma pessoa, no programa de televisão, mostrando como usar a banana de dinamite para arrebentar a parede de um banco ou de um caixa eletrônico – relatou.

Aloysio Nunes também criticou o governo pela diminuição de recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário. O



Aloysio Nunes aponta facilidade para tráfico de armas nas fronteiras governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso investiu R\$ 240 milhões no Fundo Penitenciário no seu primeiro mandato, enquanto Lula teria aplicado apenas R\$ 150 milhões, comparou.

Aposentadoria especial de pessoa com deficiência terá novo texto

Falta de definição dos graus de deficiência, de estatísticas precisas sobre o universo de beneficiários e de experiência internacional vêm adiando exame de projeto

O SENADO IRÁ modificar o projeto que disciplina a concessão de aposentadoria especial para pessoas com deficiência (PcD) submetidas, atualmente, às regras do Regime Geral da Previdência Social. Essa decisão já está tomada, segundo o relator do projeto (PLC 40/10 – Complementar) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lindbergh Farias (PT-RJ). A proposta reduz o tempo de contribuição e a idade mínima para a pessoa com deficiência (veja ao lado).

Para evitar novos atrasos na tramitação do projeto – apresentado em 2005 pelo então deputado Leonardo Mattos, paraplégico –, Lindbergh está negociando com o governo, com entidades representativas e com deputados da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das PcD as mudanças que apresentará. O senador quer “costurar” um acordo para que a Câmara vote o texto alterado no Senado, abreviando a tramitação.

Um dos principais entraves ao avanço do projeto, que há mais de um ano tramita em comissões do Senado, é a falta de estatísticas confiáveis sobre o universo de beneficiários. Os critérios do IBGE apontaram 24,6 milhões de brasileiros com deficiência no Censo de 2000. Mas esse número já foi refutado. “Até quem usa óculos foi enquadrado como deficiente”, exemplificou Wellington Dias (PT-PI) em audiência pública no dia 5 de maio na Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) trabalha com a média internacional de 10% da população com deficiência,

número também elevado. Em junho, segundo a presidente da rede latino-americana das ONGs de pessoas com deficiência, Regina Atalla, a OMS deve lançar estatísticas com mudanças de indicadores.

No entanto, se os beneficiários forem os que possuem carteira assinada, esse universo estaria restrito a cerca de 263 mil PcD, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. “Diante de tanta disparidade, não há como estimar o impacto desse benefício sobre os cofres da Previdência”, reconhece o secretário de Políticas de Previdência Social do ministério, Leonardo Guimarães.

O direito à aposentadoria especial foi garantido pela Emenda Constitucional 47/05. Conforme Guimarães, o estudo para especificar os graus de deficiência (requisitos para enquadramento como leve, moderada ou grave) deve ser concluído em dezembro. Só então o governo terá melhor avaliação do universo de beneficiários. Outra dificuldade é a falta de experiência internacional nessa área. O consultor do Senado para a área previdenciária, Rafael Silveira e Silva, informa que não há registro de países que adotem aposentadoria especial específica para PcD.

Hoje, a alternativa dessas pessoas – mesmo nos casos em que a expectativa de vida é inferior ao tempo de contribuição ou à idade mínima – é recorrer à aposentadoria por invalidez. Só que esse benefício apenas alcança as pessoas que contraíram a doença ou a lesão antes de se associar à Previdência, se a incapacidade laboral resultar de agravamento da doença existente (veja quadro).

Documentos necessários

- » Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS-Pasep)
- » **Atestado médico**, exames de laboratório, atestado de internação hospitalar, atestados de tratamento ambulatorial, entre outros que comprovem o tratamento médico
- » Documento de **identificação** do requerente (carteira de identidade ou carteira de trabalho e Previdência Social)
- » CPF
- » **Certidão de nascimento** dos filhos menores de 14 anos, no caso de empregados
- » **Procuração** (se for o caso), acompanhada de documento de identificação do procurador
- » **Requerimento** de benefício por incapacidade, preenchido pela empresa, com as informações referentes ao afastamento do trabalho (se for segurado empregado)

Íntegra do PLC 40/10
<http://migre.me/4GkXP>

Íntegra do PLS 250/05
<http://migre.me/4GkYO>

Notas taquigráficas da audiência pública
<http://migre.me/4GkYj>

Ministério da Previdência Social
www.previdenciasocial.gov.br

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM
WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

Gerência Magaly/Senado Federal



A subcomissão presidida por Lindbergh Farias (C) debate as reivindicações das pessoas com deficiência auditiva

Projeto diminui prazos de contribuição e idade

A redução no tempo de contribuição e na idade mínima para usufruir do benefício são os pontos mais importantes do projeto de lei (PLC 40/10) que disciplina a concessão pelo Regime Geral da Previdência Social de condições especiais para a aposentadoria de pessoas com deficiência. O projeto reduz em até dez anos o prazo de contribuição, que hoje é de 35 anos para os homens e de 30 anos para as mulheres.

A variação vai depender do grau de deficiência, exatamente o aspecto mais polêmico do projeto e que tem atrasado sua tramitação no Congresso. Quem tem deficiência considerada leve obterá redução de cinco anos no prazo de contribuição. Quem apre-

senta deficiência moderada contribuirá oito anos a menos que o cidadão comum. E na última gradação, quem possuir deficiência grave terá uma diminuição de dez anos, ou seja, o prazo será de 25 anos para os homens e de 20 anos para as mulheres.

No entanto, se o segurado tornar-se pessoa com deficiência após a filiação ao RGPS, os prazos serão proporcionalmente modificados, considerando o número de anos em que o trabalhador exerceu atividade sem e com deficiência. O projeto determina que o grau de deficiência será atestado por perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a cada cinco anos para revalidação do direito à redução do tempo de

contribuição. Mas se houver agravamento da doença, o segurado poderá solicitar nova perícia antes desse prazo.

O limite de idade também cai de 65 para 60 anos entre os homens e de 60 para 55 anos entre as mulheres, desde que cumprido o tempo mínimo de 15 anos de contribuição. Outra regra para obter a aposentadoria especial é a comprovação de que a deficiência existe há 15 anos.

Podem ser beneficiadas com essas condições especiais pessoas que apresentarem restrição física, auditiva, intelectual ou sensorial, mental, visual ou múltipla, de natureza permanente, que restrinja sua capacidade funcional para o trabalho.

Proposta de Paim trata de servidor público

Também está em tramitação no Senado projeto que disciplina as regras para aposentadoria dos servidores públicos com deficiência. O PLS 250/05, de Paulo Paim (PT-RS), já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e chegou a estar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com relatório favorável de Valdir Raupp (PMDB-RO). Porém, com o fim da legislatura passada, a proposta teve que ser arquivada e aguarda designação de novo relator pela CCJ. Há entendimentos para que Lindbergh Farias seja indicado.

Pela proposta, é considerada com deficiência a “pessoa acometida por limitação físico-motora, mental, visual, auditiva ou múltipla, que a torne hipossuficiente para a regular inserção social”.

De acordo com o projeto, o beneficiário precisa ter dez anos de exercício no serviço público, cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria, e 25 anos de contribuição previdenciária, independentemente de sexo e de idade mínima.

Condições para aposentadoria por invalidez

- » Aposentadoria por invalidez é o benefício concedido aos trabalhadores inscritos no INSS pelo Regime Geral da Previdência Social que, por **doença ou acidente**, forem considerados pela perícia médica da Previdência incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento.
- » **Não tem direito** à aposentadoria por invalidez quem, ao se associar à Previdência, já tiver doença ou lesão que geraria o benefício, a não ser quando a incapacidade de trabalhar for resultado de um agravamento da doença já existente.
- » Quem recebe aposentadoria por invalidez tem que passar por perícia médica **de dois em dois anos**, se não o benefício é suspenso. A aposentadoria deixa de ser paga quando o segurado recupera a capacidade e volta ao trabalho.
- » Para ter direito ao benefício, o trabalhador tem que contribuir por no mínimo **12 meses**, no caso de doença. Se for acidente, esse prazo de carência não é exigido, mas é preciso estar inscrito na Previdência.
- » A Previdência considera **inválido** aquele que for incapaz para o seu trabalho e com reabilitação improvável para outra atividade que lhe garanta subsistência.
- » O perfeito entendimento da relação entre doença e incapacidade é indispensável. A lei não cogita a concessão de benefícios por doença, e sim por **incapacidade**.
- » No caso de aposentadoria por invalidez, a carência é de **12 meses**.
- » De acordo com os artigos 27 e 262 do Regulamento de Benefícios da Previdência Social, **não é exigida carência** quando a causa incapacitante for acidente de trabalho, adquirida no exercício da profissão, ou doenças especificadas pelo Ministério da Saúde e pela própria Previdência.



Saiba mais

